

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.935 - RS (2019/0279885-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECLAMANTE : RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS : MÁRCIO LOUZADA CARPENA E OUTRO(S) - RS046582
LAURA DA SILVA TAVARES NICOLOSO - RS061747
STÉFANI PAULA PASQUALI - RS091974
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES. : NÃO INDICADO

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, por meio da qual sustenta que a 4ª TURMA RECURSAL CÍVEL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por ocasião do julgamento de recurso inominado, divergiu da jurisprudência desta Corte, e do entendimento firmado pelas "Turmas Recursais Reunidas no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 71006310130" (e-STJ fl. 6).

É O BREVE RELATÓRIO. DECIDE-SE.

A Resolução STJ n. 12/2009, que previa o cabimento de reclamação para esta Corte com o fim de examinar divergência jurisprudencial entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e a jurisprudência do STJ, foi expressamente revogada pela Emenda Regimental n. 22, de 16/03/2016.

Ademais, na apreciação de questão de ordem suscitada no julgamento do AgRg na Rcl 18.506/SP, a Corte Especial aprovou a Resolução STJ n. 3/2016, a qual prevê que, a partir de 7 de abril de 2016, as Câmaras Reunidas ou a Seção Especializada dos Tribunais de Justiça passam a ser competentes para *"processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de*

Superior Tribunal de Justiça

demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes".

Desse modo, considerando que a presente reclamação foi protocolada quando já em vigor a Resolução STJ n. 3/2016, não mais subsiste a competência do STJ para sua apreciação.

Inclusive, a reclamante endereça a petição inicial ao "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara da Função Delegada dos Tribunais Superiores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul"; e aponta a competência do TJ para processar e julgar a reclamação (e-STJ fl. 4), o que comprova o equívoco na distribuição do processo nesta Corte.

Forte nessas razões, determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, ao qual está vinculada a Turma Recursal, para os fins de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora